

## **O USO DE PRINCÍPIOS DE TURISMO PRÓ-POBRE COMO ALTERNATIVA PARA POLÍTICAS QUE VISAM AO DESENVOLVIMENTO LOCAL NO RIO GRANDE DO NORTE**

Christiano Henrique Maranhão<sup>1</sup>, Francisco Fransualdo de Azevedo<sup>2</sup>

**RESUMO:** No contexto atual do turismo potiguar, se faz imperativo verificar se existe o emprego de princípios de Turismo Pró-Pobre (TPP) no fomento das políticas públicas de turismo no referido estado, com vistas em um desenvolvimento local. Lista-se, pois, as principais políticas após 1980, data da primeira intervenção estatal organizada para o turismo, e a partir daí averigua-se dentre as metas dessas políticas, quais os fatores que mais se aproximam da utilização dos princípios pró-pobres. A pesquisa se caracteriza por uma natureza qualitativa, com tipologia descritivo-exploratória, objetivando tecer considerações sobre o uso de critérios de TPP nos direcionamentos das políticas públicas de turismo no estado do Rio Grande do Norte. Conclui-se que ainda é tímida a utilização de critérios pró-pobre nas políticas que direcionam as ações do turismo no estado potiguar, devido a fatores como: o desconhecimento do real significado da orientação TPP, gerando ações equivocadas. O autoritarismo, o nepotismo e a forma ditatorial como ainda é conduzida a atividade do turismo no RN pela classe política, são outros fatores que influenciam também este panorama. Todos esses aspectos acabam por dificultar uma implantação eficaz do desenvolvimento local potiguar com bases sólidas.

**Palavras-chave:** Turismo. Política Pública. Desenvolvimento Local. Turismo Pró-pobre.

### **PRINCIPLES OF THE USE OF PRO-POOR TOURISM AS AN ALTERNATIVE FOR POLICIES FOR LOCAL DEVELOPMENT AIMED IN RIO GRANDE DO NORTE**

**ABSTRACT:** In the current context of in Rio Grande do Norte tourism, it is imperative check for the use of principles of Pro- Poor Tourism (PPT) in the promotion of public policies on tourism in that state, with a view to local development. Therefore the main policies after 1980 are listed, the date of the first organized state intervention for tourism, and from there it was found among the goals of these policies, which factors come closer to using the pro-poor principles. The research is characterized by a qualitative nature, with descriptive and exploratory type, aiming to have considerations about the use of PPT criteria in the directions of public policies in tourism in the state of Rio Grande do Norte. We conclude that it is still shy the use of pro-poor policies criteria that drive the actions of the tourism in the state Rio Grande do Norte, due to factors such as: ignorance of the real meaning of PPT guidance, generating mistaken actions. Authoritarianism, nepotism and the dictatorial form as the tourism activity is still conducted Rio Grande do Norte in the political class, are other factors that also influence this picture. All these aspects ultimately hinder an effective deployment of local development in Rio Grande do Norte with solid foundations.

**Keywords:** Tourism. Public Policy. Local Development. Pro-poor Tourism.

---

<sup>1</sup> Turismólogo, Mestrando em Turismo-UFRN, Coordenador Acadêmico IBT/RN. Contato: christianomaranhao@gmail.com

<sup>2</sup> Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Contato: ffazevedo@gmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

É notório que o turismo contemporâneo chama a atenção de muitos governos, em especial os de países em desenvolvimento, devido ao fato da atividade gerar elementos vitais para suas economias. Diversos estudos estatísticos revelam a importância assumida pelo turismo na economia mundial, como meio de geração de riquezas, empregos e dinamização de vários outros segmentos econômicos. Paralelo a isto, existe um prognóstico feito pela Organização Mundial do Turismo (OMT), revelando que entre os anos de 1995 e 2020, acontecerá uma triplicação dos movimentos mundiais, estimando-se um crescimento anual da ordem de 4%. (FONSECA, 2005).

Todo este crescimento do turismo em escala macro pode ser visualizado no RN. Como reflexo deste cenário de desenvolvimento, o estado potiguar foi considerado por mais um ano, o melhor destino do Brasil durante a 33ª Aviestur – Feira de Turismo promovida pela Associação das Agências de Viagem do Interior do Estado de São Paulo (AVIESP), realizada em Campos do Jordão (SP), em abril de 2011.

Os dados estaduais não cessam de enfatizar os impactos econômicos positivos que a atividade turística gera no RN, que faz da prática um forte contribuidor aos cofres públicos. O turismo potiguar comemora bons números registrados no ano de 2010. O seu índice de visitação turística cresceu 12,43% em relação ao ano de 2009. Conforme a Secretaria de Estado do Turismo (SETUR/RN). O estado recebeu uma média de 2,6 milhões de turistas no ano de 2010. Deste total, 93% correspondem ao fluxo doméstico e cerca de 7% são visitantes provenientes de outros países. (TENDÊNCIAS E MERCADOS, 2010).

Conforme estudo realizado pelo Observatório do Rio Grande do Norte, o estado recebeu mais de 425 mil embarques/desembarques em 2009. Uma média aproximada de cerca de 200 mil turistas a mais circulando e consumindo em terras potiguares nos diferentes destinos que o RN oferece, ainda que de forma majoritária com ênfase no chamado turismo de sol e mar. (CARDOSO JUNIOR, 2009).

Diante dessas informações, não se pode negar a importância econômica do turismo para o estado potiguar. A atividade, por meio dessa característica, vem conseguindo um papel de destaque dentro do cenário estadual. No entanto, mesmo diante de tantos fatos positivos, é importante destacar a necessidade de uma análise crítica sobre os efeitos socioeconômicos provocados pelo turismo norte-rio-grandense. Destarte, faz-se imperativo verificar se existe a utilização de princípios de Turismo Pró-Pobre (TPP) no fomento das políticas públicas de turismo no RN, com vistas em um desenvolvimento mais justo para a população local.

Portanto este artigo torna-se relevante na medida em que detecta que a abertura de oportunidades para os mais pobres ainda têm uma pífia prioridade na formulação das bases que compõem as políticas públicas de turismo no RN. Na verdade, nota-se a inexistência de uma gestão própria do turismo e certa instrumentalização para obter chances de melhora, revelando uma transversalidade onde a prática do turismo apenas se apropria de algumas

situações de áreas concatenadas (SILVA, 2005). Prioriza-se o alcance de um bem-estar da população local como elemento principal no ato de produzir o turismo, deixando, pois de optar pelo foco de políticas fortemente vinculadas ao desenvolvimento econômico, que deixam as demandas sociais de saúde, educação, transporte, segurança em segundo plano. (OURIQUES, 2005).

Assim sendo esse estudo quer verificar se existe o emprego de princípios de Turismo Pró-Pobre (TPP) no fomento das políticas públicas de turismo no referido estado, com vistas em um desenvolvimento local. Vale ainda fazer uma ressalva, ao observar que o RN convive com as duas das variáveis citadas anteriormente: a pobreza, como um de seus problemas sociais (BANCO MUNDIAL, 2003) e o turismo como um expressivo condutor para seu desenvolvimento econômico. Portanto, ver o turismo como uma solução viável na inserção dos pobres em seus benefícios passa a ser algo que necessita de uma representação legítima.

## **2 TURISMO PRÓ-POBRE: UMA NOVA ORIENTAÇÃO**

Pode ainda ser motivo de estranheza para alguns olhar o turismo como um mecanismo que possa vir a favorecer a parcela mais carente da população onde ele se desenvolve. O fato é que o turismo é um gerador de divisas e se bem direcionado, pode sim, como qualquer outra atividade econômica, ajudar no combate de algumas dessas mazelas que assolam, principalmente, os países do hemisfério sul do globo. Segundo a Organização Mundial de Turismo (2004), o turismo além de seu caráter econômico pode sim vir a atenuar a pobreza mundial por meio dos sete mecanismos divulgados pelo programa ST-EP- *Sustainable Tourism – Eliminating Poverty* (Turismo Sustentável – Eliminando a Pobreza). Em sinergia com esta ação, vale ressaltar também os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), instituídos em 2000 pela comunidade internacional, os quais dentre os objetivos traçados, o combate à pobreza recebeu grande destaque e é colocado como o primeiro a ser incentivado.

É no meio deste cenário que o Turismo Pró-Pobre (TPP) surge associado à busca por justiça social e como uma nova orientação que converte os benefícios do turismo convencional em oportunidades para a parcela pobre da região em que o turismo acampa. O TPP não se trata de um novo produto, setor turístico, nem tão pouco uma nova segmentação. Trata-se de uma estratégia global que visa desbloquear os enclaves que impedem que os pobres possam ter um melhor aproveitamento econômico, de subsistência, de envolvimento na tomada de decisões e tantos outros que a atividade do turismo pode desencadear (ASHLEY; GOODWIN, 2007).

O termo TPP foi inicialmente utilizado nos trabalhos do Departamento de Desenvolvimento Internacional (DFID) no Reino Unido, sendo apresentado às Nações Unidas em 1999. A nova orientação colocava a "pobreza no centro da agenda do turismo", e para alcançar este objetivo, foi criado em 1999, a Associação do Turismo Pró-Pobre (Pro-Poor Tourism Partnership), que possui como membros fundadores Caroline Ashley e Harold Goodwin (ASHLEY; GOODWIN, 2007).

Conforme Fennell (2006), o TPP diferencia-se de outras formas de turismo sustentável e alternativo devido ao fato de ter como exclusividade de foco o hemisfério sul e no modo de olhar a pobreza como um problema social, em vez de preocupar-se exclusivamente com questões ecológicas. Em síntese, é uma nova forma de abordar o desenvolvimento e a gestão do turismo. Todo princípio pró-pobre visa defender aos interesses das pessoas mais carentes, podendo ser derivado de ações diretas (explícitas) ou ser consequência de uma política desenvolvimentista de turismo mais ampla, procedente de uma maneira implícita, como garante Ashley (2000).

Ainda conforme a autora os parâmetros utilizados para gerar as definições das estratégias de TPP, foram: (1) A variedade dos locais onde as estratégias podem ocorrer por diversos níveis e agentes; (2) As formas como as estratégias TPP são incorporadas ao desenvolvimento turístico geral, influenciando os processos de gestão e planejamento turístico, influenciando-os por perspectivas pró-pobre. Uma vez que o TPP não pode ter êxito sem o desenvolvimento bem sucedido da destinação turística e por fim, (3) A maneira implícita em que os benefícios aos pobres podem ser fomentados.

## 2.1 ESTRATÉGIAS E DESDOBRAMENTOS DO TURISMO PRÓ-POBRE

Fennell (2006) lista as principais estratégias de TPP e afirma que as mesmas variam conforme os seus objetivos, dessa forma, são elas: **(a) Estratégias com foco nos benefícios econômicos:** visam expandir as oportunidades de negócio e empregos para os pobres, dando ênfase aos benefícios coletivos que representam uma nova fonte de renda; **(b) Estratégias com foco nos impactos não econômicos:** buscam fomentar as capacidades, os treinamentos, a mitigação de impactos ambientais do turismo sobre os pobres, a degradação de recursos que os pobres dependem e o incentivo ao combate aos impactos socioculturais do turismo, como a intrusão social e hábitos ocidentais e por último, **(c) Estratégias voltadas para a área político-processual:** ajudam na busca de uma política mais assistencialista e de um planejamento de apoio, promovendo, a participação e a criação de relacionamentos entre os diversos agentes produtores do turismo.

Estas mesmas estratégias TPP geram benefícios, que de forma encadeada, geram desdobramentos para cada tipo específico de estratégia. Pode-se citar como desdobramentos do TPP, conforme a metodologia adotada por Ashley (2000):

**(a) Econômicos:** caracterizados pela expansão de empregos e salários, pelo treinamento para vagas de emprego, pela expansão de oportunidades de negócio para os pobres e pelo desenvolvimento de uma renda comunitária coletiva. Esses desdobramentos tendem a passar por obstáculos como a falta de qualificação profissional e o acesso limitado ao mercado;

**(b) Não monetários – meios de sustento:** visualizados pela construção de capacidades, treinamento e empoderamento, melhoria de acesso a serviços e infraestrutura, gestão da demanda para o acesso aos recursos naturais. As oportunidades de melhorar o

acesso local e infraestrutura geralmente surgem quando estes desdobramentos estão sendo desenvolvidos, visando atender às necessidades dos turistas, mas com consulta e adaptação, estes também poderão servir às necessidades da população local.

**(c) Política, Processos e Participação:** podem ser observados pelo maior apoio político e referencial do planejamento, possibilitando a participação efetiva dos pobres na tomada de decisões, pelas parcerias com setor privado; pelo aumento do fluxo de informação e comunicação.

Fortalecendo ainda mais a análise, é importante mencionar que as políticas de TPP, buscam abrir as fronteiras, visando um aproveitamento e um desenvolvimento de atividades feitas pelos pobres nas localidades turísticas. Pois o que se observa, segundo Ashley (2000), é que as oportunidades econômicas continuam se norteando em direção aos não tão pobres ou aos semiquualificados, em contrapartida, os mais pobres continuam sendo destituídos de possíveis melhoras, apesar do trabalho artesanal ou de parte dos produtos turísticos envolverem, em sua grande maioria, a mão-de-obra dos mais pobres.

Respaladas por Fennell (2006), as iniciativas políticas TPP buscam instituir, portanto, mudanças na perspectiva de vida dos pobres, fazendo-se necessário além de um bom planejamento; um comprometimento dos governos, por meio de políticas que estimulam a conexão e as cooperações dos atores envolvidos, fornecendo ações práticas e microacordos a nível macro nas estratégias de desenvolvimento, marketing, planejamento, política e investimentos.

## 2.2 LIMITES DO TURISMO PRÓ-POBRE

Apesar do progresso esperado para desenvolver as abordagens de TPP, existem três preocupações importantes, que necessitam de interferência imediata. Conforme Ashley e Goodwin (2007) são elas:

- **Enfoque limitado:** a ação pró-pobre efetivamente ainda se mantém centrada sobre o nível micro. O turismo pró-pobre é uma abordagem aplicável a todas as formas de turismo, incluindo o turismo dominante, e não apenas em um nicho pequeno, tais como o turismo comunitário. Assim não se pode atingir um impacto em uma escala significativa. Os princípios para maximizar os laços com os pobres podem ser aplicados aos centros de férias com praias (resorts), hotéis urbanos, conferências e novos projetos construídos;
- **Pouca atenção dos mercados:** o TPP chama pouca atenção dos mercados. Muitas vezes as iniciativas estão centradas na mera prestação de formação e de infraestrutura básica e os produtos fracassam por não encontrarem uma demanda fiel de mercado doméstico ou internacional. Em outros casos, a falta de alternativas para desenvolver o turismo incentiva as comunidades a investir no trabalho, na terra e a emprestar

dinheiro, com pouca chance de sucesso. A expansão do turismo e do aumento de benefícios para os pobres são vistos como áreas separadas para pessoas diferentes;

- **(3) Documentação limitada:** inexistente um monitoramento sistemático e documentado sobre a mudança na qualidade de vida dos pobres como consequência da prática do turismo. Não se tem um conhecimento amplo acerca de destinos e da intensidade completa dos impactos do desenvolvimento do turismo nos níveis da pobreza.

As recentes estratégias de combate à pobreza evidenciam cada vez mais a participação do turismo e as novas políticas incluem compromissos para aproveitá-lo como instrumento na redução da pobreza e não apenas para como gerador de divisas. Mas um acordo sobre o que isso significa, na prática, os exemplos que amplificam os benefícios demonstráveis sobre os efeitos aos pobres quando estes se envolvem com o turismo, ainda são escassos.

## 2.3 PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO DO RIO GRANDE DO NORTE

### 2.3.1 Megaprojeto Parque das Dunas / Via Costeira - (PD/VC)

Considerado um marco para o turismo no RN, O Projeto Parque das Dunas - Via Costeira (PD/VC) foi instituído na metade dos anos de 1980, com o intuito de desenvolver a atividade turística no estado e como consequência, melhorar a qualidade de vida das populações locais por meio da construção de áreas de lazer e de equipamentos urbanos necessários à vida coletiva. Salienta-se que a história do turismo do RN divide-se em “antes” e “depois” do PD/VC (FONSECA, 2005).

O projeto previa a união de duas praias urbanas da cidade de Natal (Areia Preta e Ponta Negra) por meio de uma avenida estruturante e a construção de meios de hospedagem em sua extensão. Durante o planejamento, o Governador Tarcísio Maia, manifestou as diretrizes a serem obedecidas pelo Plano do Parque: cuidado com as dunas, melhorar as condições de vida para os moradores de Mãe Luiza e Guanabara e o fim das regalias de posseiros, melhorando assim, o aproveitamento de uma faixa de praia de 300 milhões de metros quadrados. Podendo notar neste momento, os fortes interesses conservadores da oligarquia, historicamente em especial no período militar. (DANTAS, 2005).

De início houve descrédito por parte dos empresários, devido aos altos valores e o até então, tímido turismo potiguar, que dificultava a adesão ao projeto. Então para estimular à participação empresarial, o governo loteou os terrenos da área por valores baixos. O preço do metro quadrado era negociado entre US\$ 0,68 e US\$ 5,60, e em 1990, na área vizinha à Ponta Negra se vendia um lote a US\$ 55,00 enquanto que na periferia de Natal o lote custava US\$ 8,00 (CAVALCANTI, 1993; CARACRISTI, 1994 *apud* FONSECA, 2005, p.120).

Enfim, no último dia do mandato do Governador Lavoisier Maia, em 15 de março de 1983, foi inaugurado com festejos o PD/VC. É inegável que após essa iniciativa empreendedora e política do RN, o litoral oriental do estado inseriu-se de vez na rota do turismo nacional, firmando o potencial turístico e projetando expectativas internacionais. A atividade turística passa a ser gerida de forma empresarial e o turismo se firma como importante atividade econômica, recebendo atenção e tratamento especial por parte do poder estadual. (FONSECA, 2005). No entanto, mesmo com alguns pontos de progressos, não se pode afirmar que houve utilização de princípios de TPP na elaboração da referida política.

### **2.3.2 Programa de Desenvolvimento do Turismo no Rio Grande do Norte (PRODETUR/RN I e II)**

Este programa marca a segunda etapa de desenvolvimento do turismo no RN e foi consolidado no decorrer dos dois mandatos do Governador Garibaldi Alves (1995/1998 e 1999/2002). Observa-se a tendência de uso das metas regionais como parâmetros para a sua operacionalização local. No RN a área qualificada para receber os primeiros investimentos é chamada de Polo Costa das Dunas, e dentre os municípios eleitos para sua composição, na primeira fase do PRODETUR/RN, estão: Ceará - Mirim, Extremoz, Natal, Parnamirim, Nísia Floresta e Tibau do Sul, todos litorâneos e próximos da capital (FONSECA, 2005).

Estes municípios foram agrupados no Polo Costa das Dunas – RN, que tem como coordenador o BNB, e busca desenvolver corredores culturais, consolidando o destino turístico internacionalmente. O total de investimentos no RN foi na ordem de US\$ 44.950.000,00 milhões de dólares, oriundos da parceria entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), O Governo do RN, com a intermediação do BNB (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2008).

A primeira etapa no RN direcionou os recursos para: revitalização do Aeroporto Internacional Augusto Severo, implantação de acessos viários às principais praias, continuação da Rota do Sol (Cotovelo a Barreta), implantação da rede de saneamento da Via Costeira, parte do bairro de Mãe Luiza e da praia de Ponta Negra, drenagem do bairro de Ponta Negra, reurbanização da Orla de Ponta Negra e da praia da Redinha, implantação do Parque Estadual das Dunas de Natal, Criação do Conselho de Turismo Estadual (CONETUR/RN), dentre outros. (FONSECA, 2005).

A segunda etapa do programa, articulada no ano 1999, apresenta direcionamentos para dois focos estratégicos: a) reparação dos impactos negativos resultantes da primeira fase e b) não repetição desses impactos, por meio da incorporação dos princípios do desenvolvimento sustentável. As novas estratégias da segunda fase foram: definir as áreas a serem beneficiadas; realizar um planejamento participativo, integrado e sustentável para o desenvolvimento do turismo nos pólos turísticos selecionados; focar em ações visando o benefício da população local e o desenvolvimento humano-social e fortalecer por fim, a gestão municipal (MARANHÃO, 2009).

As ações no RN na segunda etapa visaram complementar as ações da primeira etapa, com um pouco mais de ênfase para as áreas de meio ambiente, apoio à gestão municipal e capacitação profissional, atendendo aos municípios do Pólo Costa das Dunas, que cresceu em número de municípios. No Rio Grande do Norte, foi investido, por parte do PRODETUR/RN II, um valor de US\$ 64.508.000,00. (PROGRAMA DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE, 2006).

Surgem quatro novos polos, com a intenção de receber apoio do referido programa, denominados de: Polo Costa Branca, Polo Seridó, Polo Serrano e Polo Agreste/Trairi. A intenção gira em torno da expectativa de geração de empregos, a exemplo do que ocorreu no Polo Costa das Dunas na primeira fase, além de obedecer à orientação da SETUR/RN, interiorizar o turismo no RN. (RIO GRANDE DO NORTE, 2009).

As propostas para a segunda etapa do PRODETUR/RN II foram: promover o controle, manejo e implantação de infraestrutura das unidades de conservação e recuperação de áreas degradadas, ações de saneamento, proteção dos mananciais, criar condições para trato dos resíduos sólidos, desde sistemas de coleta, tratamento final até a conscientização da população, criar condições para que as municipalidades possam receber os turistas e os investidores, com legislação moderna, infraestrutura e políticas com vistas na capacitação de mão-de-obra, para que os benefícios retornem a população local; sinalização turística e de segurança e ainda a estruturação das orlas marítimas para receber o fluxo de forma segura.

Ressalva-se ainda que o Polo Costa das Dunas/RN caracteriza-se como uma ação do programa, com o intuito de debater temas de interesse público entre todos os atores envolvidos com o turismo. Suas reuniões periódicas acontecem no Hotel-Escola SENAC Barreira Roxa (Via Costeira). (RIO GRANDE DO NORTE, 2008).

Pode-se afirmar que o PRODETUR/RN I se caracterizou pelo suporte ao desenvolvimento turístico amenizando o déficit de infraestrutura, ao passo que o PRODETUR/RN II, surge como instrumento de consolidação da etapa anterior, com o enfoque voltado para as ações qualitativas de desenvolvimento social. (MARANHÃO, 2009).

Observa-se novamente a falta do uso de princípios TPP em escala maior nos norteamentos dessa política, ocorrendo por conta de um conservadorismo e autoritarismo peculiar e histórico, observado no contexto sociopolítico brasileiro e potiguar, somado ao poder dos meios de comunicação que defendem os interesses do *trade turístico* e muito menos da população.

### **2.3.3 O Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil (PRT/RN)**

O referido programa surge em 2004, como forma de regionalizar, observando o deslocamento do objeto de análise de município, referente ao Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), que por mais que não tenha tido continuidade, serviu



de base para o fomento de políticas subsequentes, como é o próprio Programa de Regionalização do Turismo, com a abordagem voltada neste momento para o conceito de região.

O modelo de gestão incorpora a noção de território e arranjos produtivos, garantindo uma política mobilizadora e flexível de modo a atender às múltiplas questões que interferem no equilíbrio social e econômico das comunidades. Essa noção de território supõe formas de coordenação entre organizações sociais, agentes econômicos e representantes políticos, superando assim a visão setorial reducionista do desenvolvimento. (RIO GRANDE DO NORTE, 2006).

Objetivando gerar um desenvolvimento do turismo regionalizado e fortalecer a gestão descentralizada e participativa da Política Nacional de Turismo, o Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil (PRT) propõe uma reestruturação de roteiros turísticos intermunicipais nas regiões turísticas do país, baseando-se nos princípios da cooperação, conexão e sustentabilidade ambiental, econômica, sociocultural e político-institucional. Visa aperfeiçoar também os esforços e os recursos para o alcance de uma das metas do Plano Nacional de Turismo 2003-2007 que faz referência a “desenvolver, no mínimo, três produtos de qualidade em cada Unidade da Federação”. Assim desde 2004, estruturou-se a gestão do Programa de Regionalização de modo participativo e descentralizado, para ordenar e diversificar a oferta turística do país. (BRASIL, 2007). No ano de 2006 o PRT passa por transformações e é inserido no PNT 2007-2010 aparecendo como um macroprograma dos direcionamentos do turismo nacional.

As propostas do PRT nos estados brasileiros, segundo Dias e Pimenta (2005), baseiam-se na promoção; na cooperação e na parceria dos envolvidos, trabalhando em polos, com o objetivo de: qualificar o mercado de trabalho; dar qualidade ao produto turístico; diversificar a oferta turística; estruturar os destinos turísticos; ampliar o consumo turístico no mercado nacional; aumentar a inserção competitiva do produto turístico internacionalmente etc.

Conforme ata do Polo Costa das Dunas (RIO GRANDE DO NORTE, 2006) para gerir o programa, fazia-se necessário primeiro: (a) dar qualidade ao produto; (b) diversificar a oferta, (c) estruturar os destinos, (d) qualificar o mercado de trabalho, (e) ser competitivo, (f) ampliar o consumo nacional, (g) aumentar a taxa de permanência e gastos. Como diretrizes, o programa orienta-se para o ordenamento e normatização da atividade; articulação, envolvimento comunitário, capacitação de mão- de- obra, infraestrutura seguida da promoção e comercialização dos produtos. Visa buscar um planejamento integrado e participativo.

Dessa forma, as ações expostas pelo programa no RN, durante reunião do Polo Turístico Costa das Dunas (RIO GRANDE DO NORTE, 2009), foram: a sensibilização da população local, vista aqui como importante agente para o êxito do programa. Esta sensibilização foi efetivada por meio de palestras, oficinas e seminários que objetivavam alinhar o escopo do programa às necessidades reais referentes aos vários partícipes, fazendo-os aderir ao PRT/RN.

As atuações do PRT no estado potiguar também desenvolveram ações de capacitação, com ênfase aos cursos de: garçom, recepcionista, cozinheiro, manipulação de alimentos, a roteirização turística, o projeto cama, café e rede, cursos de hospitalidade, captação e disponibilização das informações, promoção e apoio à comercialização entre outros concatenados com as metas nacionais. (RIO GRANDE DO NORTE, 2009).

Ainda atrelado ao processo de regionalização no estado potiguar, pode-se mencionar ainda o Roteiro Seridó como mais um fruto da parceria entre o Governo do Estado com o SEBRAE/RN. Tais ações tinham como meta inserir no interior do RN, uma participação mais acentuada da população local a partir do fomento de ações locais específicas, como desenvolver o regionalismo na região do Seridó (RN). Como uma ação parceira do Roteiro Seridó, observa-se a nova opção de turismo no estado, que propunha uma hospedagem familiar, que necessitaria preparar a população local para ser a anfitriã direta do turista, recebendo-o em sua própria residência por meio do Programa chamado de “Cama, Café e Rede”.

O programa mencionado, não conseguiu êxito devido a algumas incoerências no momento do preparo que gerencia dos possíveis riscos das ações. A falta de infraestrutura hoteleira na região citada pode ser considerada como um desses enclaves que impediram a efetivação do referido programa. Junto com ela pode-se levantar também que não houve, por parte dos gestores e planejadores, um acompanhamento contínuo com as famílias selecionadas para receber os turistas até que as mesmas tivessem certa independência de gerenciar, por conta própria, sua hospedagem domiciliar. Mostrando assim que não basta somente pensar na infraestrutura de forma isolada é preciso capacitar e monitorar as ações que cuidarão dos fluxos dessas estruturas. Não se localiza também nenhum estudo que faça referência sobre a demanda para este nicho que se buscava instalar. Sabendo que o programa é uma adaptação brasileira do sistema *bed and breakfast*, de origem irlandesa. Assim, aproveita-se para chamar atenção para a necessidade de estudos mais analíticos no que tange a implantação de modelos externos e dotados de outra lógica para a realidade diferente, como é o caso do nordeste brasileiro (MARANHÃO, 2009).

O grande desafio para o PRT é aperfeiçoar a dinâmica do turismo nas regiões turísticas brasileiras, priorizando as características comuns, e não apenas a situação geográfica e a divisão política, e fortalecendo as inter-relações entre os atores da atividade: setor público, iniciativa privada e terceiro setor.

### **3 METODOLOGIA**

Metodologicamente, esta pesquisa caracteriza-se como um estudo descritivo-exploratório, justamente porque o campo de análise do turismo ainda é recente, havendo assim a necessidade de mapear o território científico, desenvolvendo assim, um caráter que ainda é pouco expressivo da área. Para Veal (2011, p.29) “Por essa razão, grande parte da pesquisa descritiva, pode ser considerada exploratória: pois procura descobrir, descrever ou

mapear padrões de comportamento em áreas ou atividades que não foram previamente estudadas.”.

Esta pesquisa também apresenta uma abordagem fundamentalmente qualitativa, por haver a possibilidade do envolvimento de várias fontes de dados e vários estudos em menor escala, sendo construído de maneira interativa. Dentre as fontes utilizadas para esta averiguação, pode-se citar: análises de textos, incluindo material impresso e audiovisual; documentos e relatos escritos. (VEAL, 2011).

Com base no que foi exposto, as informações que compõem esta análise foram extraídas por meio de consultas de fontes primárias e secundárias, com destaque para a consulta das atas das reuniões do Conselho Estadual de Turismo do Polo Costa das Dunas (CONETUR/RN), durante o período de 2001 até 2009, local onde boa parte do *trade* turístico estadual, por meio de suas várias representações, reúne-se e traça as diretrizes políticas para a atividade turística no RN.

Utiliza-se ainda como parâmetros avaliativos das políticas públicas de turismo potiguar, a Metodologia de Estudos de Caso de Turismo Pró-Pobre, desenvolvida em 2000, pela equipe multidisciplinar do Reino Unido, sob responsabilidade de Caroline Ashley, membro-fundadora da Partnership Tourism Pro-Poor (em tradução livre: Sociedade de Turismo Pro-Pobre), em parceria com o Centro Internacional de Turismo Sustentável (International Center for Responsible Tourism – ICRT) e o Instituto de Desenvolvimento Ultramarino do Governo Britânico (Overseas Development Institute – ODI). O documento do projeto descreve-o da seguinte forma: “O propósito do projeto é revisar experiências emergentes do turismo pró-pobre através da aplicação de um referencial comum, e após isso identificar estratégias práticas que poderão ser futuramente desenvolvidas, testadas e compartilhadas” (ASHLEY, 2000, p. 3).

Vale salientar que o escopo utilizado nesta pesquisa norteia-se por meio das principais políticas de turismo do RN, a partir do ano de 1980, data que marca a primeira intervenção estatal potiguar organizada para fins turísticos, lê-se, Megaprojeto Parque das Dunas - Via Costeira (PD/VC).

Considera-se também neste trabalho as políticas públicas como uma extensão do poder e do papel do Estado, no que concerne o direcionamento da atividade e na equalização dos diferentes interesses dos agentes participantes. O uso dos princípios do TPP justifica-se então como uma busca por justiça social, por ele ser uma nova orientação que converte os benefícios líquidos do turismo convencional em oportunidades para a parcela pobre da região em que a atividade se desenvolve.

## 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 4.1 SELEÇÃO DAS AÇÕES POLÍTICAS DE TURISMO NORTEADAS EM FUNÇÃO DA PARCELA MAIS POBRE DA POPULAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE

Analisa-se dentre as metas das políticas de turismo citadas anteriormente, quais delas apresentam uma sinalização e/ou critérios balizadores de uma política turística pró-pobre. Um dado perceptível no momento da análise é que grande parte das políticas públicas de turismo, levantadas no Rio Grande do Norte por este artigo, apresentam como justificativa de bem-estar aos pobres, benefícios que centram suas ações em quatro metas constantes, podendo assim ser citadas: **(01)** Gerar um maior número de empregos e renda para a população local, como forma de fornecer maneiras para a aquisição de possíveis melhoras na qualidade de vida; **(02)** Melhorar a infraestrutura básica, como: água, saneamento, saúde etc., alegando que além de agregar valor ao produto por parte dos turistas, elas proporcionam à população local a bem-estar maior, por eles poderem usufruir de maneira permanente da infraestrutura desenvolvida; **(03)** Capacitar e qualificar a mão-de-obra local, elevando a formação profissional dos possíveis trabalhadores absorvidos pela atividade do turismo e por fim, **(04)** O uso de pilares sustentáveis, auferindo maior ênfase nestes tempos de desequilíbrios ambientais recentes.

Ressalva-se que este último quesito citado foi selecionado em conformidade com a metodologia adotada, a qual justifica alegando que o pobre é o que mais sofre para obter meios que os façam transpor as barreiras naturais, causadas pela não preservação do ambiente natural (ASLHEY, 2000). Aparecendo, também, quesitos como o desenvolvimento de uma conduta ética e noções de cidadania e conscientização cultural, ainda que de forma insignificante.

Percebe-se, somado a isso, que esses benefícios que centram suas ações em metas usadas em função da parcela pobre no RN, ainda podem ser subdivididos com base em outros dois critérios. Podem ser associados à busca por vantagens econômicas, ou mais comumente conhecidos como bens econômicos, que seriam neste caso: a geração de emprego e a geração de renda para a população local (FENNEL, 2006). Já os que visam capacitar e qualificar a mão-de-obra, proteger o meio ambiente e desenvolver uma infraestrutura básica, remetem às vantagens sobre os meios de sustento dos pobres, buscando agregar maior valor na qualidade de vida do cidadão. (ASLHEY, 2000).

No entanto, seguindo na análise, percebe-se que esses meios não alcançam a totalidade das benfeitorias a quem foram destinados, devido à inexistência de algumas conexões dos participantes e também pela própria situação da população local que já seria por si só, um forte condicionante para se aplicar políticas pró-pobres no estado potiguar, e mesmo assim continua a ser visto de forma secundária. Deste modo, por meio da exposição dos critérios utilizados que darão suporte à análise e interpretação dos dados coletados, segue a avaliação dos quesitos já aludidos, os quais visam a um melhoramento de vida e incentivo à parcela pobre no estado potiguar.

## (A) Geração de Emprego e Renda

Na atualidade, diante da forte pressão capitalista, a qual incide na população, critérios competitivos mais ferozes; faz-se, cada vez mais, necessária a busca por parte do Estado em desenvolver meios para que a população local possa inserir-se neste mercado competitivo. Torna-se importante mencionar que as divisas movimentadas por esses benefícios não são a solução exclusiva para a pobreza generalizada, contudo instrumentaliza um nível de vida melhor, favorecendo o beneficiário à obtenção de melhores condições de vida. No quadro 01 demonstram-se as principais políticas e suas metas para o quesito de geração de emprego e renda.

**Quadro 1 – Geração de Emprego e Renda**

<b>Ações com Foco na Geração de Emprego e Renda</b>	
<b>Política Pública</b>	<b>Ações Propostas</b>
1-Programa de Regionalização do Turismo no Rio Grande do Norte	Diminuir as desigualdades locais por meio do aumento da geração de renda e empregos.
2-PRODETUR/RN I E II	Melhorar a condição de vida da população fixa, através do incremento dos postos de trabalho aumentando a geração de renda e promovendo o aumento das receitas provenientes da atividade turística.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2009.

Ainda em conformidade com Dantas (2005), a criação de postos de trabalho representa um dos benefícios mais procurados quando os governos buscam impulsionar a atividade turística em seus territórios.

## (B) Melhora da Infraestrutura Básica

Os problemas de infraestrutura sempre foram os grandes empecilhos para o pleno desenvolvimento do turismo no RN. (CRUZ, 2000; FONSECA, 2005). Encontra-se na Metodologia de Estudos de Caso de Turismo Pró-pobre (ASHLEY, 2000) uma menção a este quesito, explicando que a construção dessas benfeitorias públicas favorece em maior grau a população local, por conta do aproveitamento contínuo dos serviços disponibilizados por meio da infraestrutura básica, como: segurança, transportes, educação, saúde etc.

A tipologia de uma política, chamada de estrutural, na qual o PRODETUR/RN se encaixa, prioriza ações que possam dotar as regiões da área de alcance da referente política de uma infraestrutura básica que permita o aumento do fluxo e do tempo de permanência dos turistas. No quadro 02 segue as ações políticas que se adaptam a essa exigência da melhoria de infraestrutura básica.

**Quadro 2 – Ações de Infraestrutura básica.**

<b>Ações com Foco na Melhora da Infraestrutura Básica</b>	
<b>Política Pública</b>	<b>Ações Propostas</b>
1-PD/VC	Construções de áreas de lazer, comércio e todos os equipamentos urbanos necessários à vida coletiva, melhorando as condições de vida dos moradores locais (Mãe Luiza e Guanabara), em consonância com o melhoramento de serviços sociais básicos, como: educação, saúde, etc.
2-PRODETUR/RN I E II	Melhorar a qualidade de vida, a partir do fornecimento de serviços básicos, como: saneamento, educação etc.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2009.

Outra característica importante de se mencionar é que todas as políticas estruturais priorizam obras com o foco voltado para o saneamento básico, o tratamento de resíduos sólidos e para as conexões espaciais, esperando, por parte das políticas setoriais do setor público, que elas possam suprir as outras carências sociais, a exemplo: a segurança, saúde, moradia, educação básica etc.

### **(C) Capacitação e Qualificação Profissional**

A capacitação e qualificação profissional é outro quesito importante dentro do contexto de inserção da população nas benesses turísticas de forma direta. Porém, distante de análises utópicas, Dantas (2005) vem informar que a ideia de que a formação profissional adquirida em função do turismo para a realização de suas atividades não implica necessariamente em uma melhor qualificação da mão-de-obra empregada, gerando, assim, o manuseio de técnicas e de equipamentos mais modernos, com a consequente melhoria da produtividade e remuneração.

Essa visão é passível de diversas críticas, a começar, coloca-se em xeque a questão do elevado nível de educação e qualificação exigido pelas atividades profissionais relacionadas ao turismo, o que, “dentro de uma conjuntura de subdesenvolvimento como é o nosso caso brasileiro, pode não gerar os efeitos esperados.” (DANTAS, 2005, p. 62-63).

Observa-se na fala da autora supracitada que existe uma incompatibilidade entre o elevado nível de educação que o turismo exige e o ambiente educacional defasado, geralmente mais visível, nos países em desenvolvimento, justamente pela falta de políticas setoriais mais eficazes. É possível visualizar no quadro 03, ações referentes ao foco de capacitação e qualificação para um melhor fomento do desenvolvimento do turismo.

**Quadro 3 – Ações com foco na capacitação e qualificação Profissional.**

<b>Ações com Foco na Capacitação e Qualificação Profissional</b>	
<b>Política Pública</b>	<b>Ações Propostas</b>
1-Programa de Regionalização do Turismo no Rio Grande do Norte	Qualificar para o mercado de trabalho, por meio de palestras e oficinas regionais, os pequenos trabalhadores formais e/ou informais, como exemplo: pequenos artesãos, ambulantes, pequenos empresários etc.
2-PRODETUR/RN I E II	Executar um programa de capacitação profissional para as pessoas envolvidas na atividade turística, buscando incrementar a qualidade dos serviços oferecidos pelos equipamentos turísticos, junto com a capacitação empresarial, profissional e de gestores de ONGs, a fim de elevar a qualidade na prestação dos serviços e, conseqüentemente, a competitividade do produto turístico, principalmente na segunda fase do programa.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2009.

A autora ainda corrobora, quando questiona a visão quimérica do benefício produzido pelo turismo, indagando “Como essa exigência iria beneficiar a parcela mais pobre da população, caracterizada, além da baixa renda, pela falta de acesso a uma educação formal?” (DANTAS, 2005, p.63).

## **(D) Proteção Ambiental e Sustentabilidade**

Na contemporaneidade, com a interferência humana cada vez maior nos processos e ambientes naturais, torna-se situação *sine qua non* buscar um maior equilíbrio nessa relação entre o homem e a natureza. A busca por desenvolver de forma equilibrada pode ser aludida, conforme a OMT (2003, p.171) no qual observa que: “Nos últimos anos, o desenvolvimento sustentável tem sido apresentado como uma nova abordagem para a forma como as comunidades pensam sobre seu padrão de vida, a igualdade social e a manutenção dos recursos naturais.” A seguir, portanto, visualiza-se o quadro 04 e as ações realizadas pelas intervenções políticas na área ambiental.

**Quadro 4 – Ações com foco na Proteção Ambiental e Sustentabilidade.**

<b>Ações com Foco na Proteção Ambiental e Sustentabilidade</b>	
<b>Política Pública</b>	<b>Ações Propostas</b>
1-PD/VC	Proteção de Recursos Naturais (Unidades de Preservação Ambiental e Sistema Dunar) junto com a Construção do Instituto de Biologia Marinha.
2-PRODETUR/RN I E II	Recuperação Ambiental - Plano de Manejo e Operações do Parque das Dunas, juntamente com a implantação de sistema de esgotamento sanitário, sistema de tratamento de resíduos sólidos, recuperação dos passivos ambientais.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2009.

Ainda em conformidade com Dantas (2006), que enfatiza a grande necessidade de monitoramento desses meios naturais, inserido no seguinte contexto: O turismo de sol e mar e de segunda residência, como algumas das principais submodalidades do turismo de massa, são sabidamente bastante impactantes. “Tal impacto deriva, principalmente, do grande volume de edificações e de pessoas visitando, por vezes, áreas naturais de intensa fragilidade de seus recursos, demandando um plano de manejo restrito no tocante à densidade de visitantes e de edificações.” (DANTAS, 2006, p. 94).

## **5 CONCLUSÃO**

O estado do Rio Grande do Norte apresenta características que o habilita para as ações de Turismo Pró-Pobre, mesmo com o desconhecimento do real significado dessa nova orientação que o turismo apresenta. Além de ter o turismo como uma de suas principais atividades econômicas, apresenta, apesar de uma ligeira redução, uma população de pobres e indigentes significativa, segundo relatório do Banco Mundial (2003). Paralelo a isso, o turismo continua movimentando grandes cifras de dinheiro, o que justifica a grande atenção direcionada a atividade, nomeando-a como uma grande geradora de divisas para o Estado. No entanto, todo esse dinheiro continua a ser investido sem preparo pelos gestores públicos e sem nenhum tipo de planejamento pró-pobre mais efetivo.

O fato é que a visão economicista do turismo continua ditando as normas enquanto as mazelas sociais continuam sendo deixadas em segundo plano e assim os líderes políticos continuam não associando as benesses do turismo ao o melhoramento do modo de vida dos moradores locais. Desse modo, ao se analisar as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento turístico do estado do RN, o que se pode observar é que as lideranças políticas estaduais ainda caminham a passos lentos e não despertaram de fato para a real situação de pobreza e miséria que se encontram algumas regiões potiguares.

Assim, passados mais de vinte anos, a contar da data de funcionamento do primeiro hotel na Via Costeira em 1986, o estudo não encontrou um número de políticas significativas, centradas de forma explícita, no turismo pró-pobre. Fonseca (2005), já alertava para este fato,



quando afirmou que inexistia uma política central e específica para o turismo no estado do RN, o que pode ser observado é o turismo aproveitando-se de políticas urbanas. As ações do poder público estadual ocorrem ainda de forma ditatorial e autoritária, sem consulta e envolvimento da comunidade. A descontinuidade administrativa e a deficiência setorial do turismo, ainda são marcas bem características das políticas de turismo do estado.

Não são utilizados pelo estado parâmetros de combate à pobreza como pré-requisitos para incentivos fiscais, percebendo que a relação entre a expansão do turismo e o aumento de benefícios para os pobres continua a ser mensurada como áreas desconectadas e sem nenhuma correlação. Outro critério percebido no levantamento é que faltam avaliações para essas políticas, podendo citar apenas o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDTIS) como uma aproximação de uma avaliação de ações do PRODETUR/RN.

Ainda se pode perceber, que todas as políticas manipuladas nesta análise, mesmo desconhecendo a prática do turismo pró-pobre, centram suas ações em quatro direcionamentos que fazem com que o turismo forneça melhorias, embora em pequeno grau, ao pobre local. As políticas apresentam critérios como: geração de empregos e renda, qualificação e capacitação da mão-de-obra local, a qual é alvo das críticas dos gestores, que justificam os baixos salários em cima desse critério, desenvolvimento de infraestrutura e a proteção ambiental, contrariando as ações pró-pobre que buscam maior amplitude no seu escopo.

Nota-se que se esses critérios fossem obedecidos, já surtiria algum efeito positivo na difícil situação que se encontra a maioria dos que dependem do turismo para sobreviver. Porém as melhorias não podem estacionar nesses quatro pilares. Quando se fala em benesses, pensa-se em ir além da simples geração de empregos que pagam mal, da manipulação do espaço a favor dos visitantes, da proteção ambiental que é divulgada e que perde espaço ao menor sinal de não adesão do poderio empresarial.

Seguindo os critérios TPP, a troca e escassez de informações foi outro ponto crítico encontrado na pesquisa. Nos principais órgãos que representam o turismo no estado, inexistia um banco de dados, capaz de fornecer situações específicas relacionadas com os rumos tomados pelas políticas de turismo e suas receitas, o que se acha, são dados esporádicos e quase sempre sem relação nenhuma. Alerta-se veemente, que é preciso que aja uma relação dos atores que se envolvem com o turismo. Quando isso não acontece observa-se o comprometimento das metas e de frutos positivos. O sucesso, o fracasso e o desempenho de um dependem do outro. Por isso se faz necessário reunir o setor privado formal, informais e pequenos empresários, população local e governo local, desenvolvendo uma abordagem de parceria de múltiplos atores.

Conclui-se por fim, que é pequena a utilização de critérios pró-pobre nas políticas que direcionam as ações do turismo no estado, devido a fatores, como: desconhecimento do real significado dessa nova orientação que o turismo apresenta - o que gera equívocos no que diz respeito a ações que fomentem um Turismo Pró-Pobre, o autoritarismo, o nepotismo e a forma ditatorial como ainda é conduzida a atividade do turismo no RN. Todos esses fatores acabam por atrapalhar a implantação efetiva de um desenvolvimento local bem alicerçado.

Busca-se, por fim, um desenvolvimento sustentável da comunidade local, onde o turismo atua, revestindo-se de extrema importância o estímulo a ações de promoção à cidadania, não somente para fazê-los conhecedores de seus direitos, como praticantes dos seus deveres sociais.

## REFERÊNCIAS

ASHLEY, Caroline. Overseas Development Institute (ODI). **Turismo, Comunidades Rurales y Desarrollo Local**, 12 jun. 2007.

ASHLEY, Caroline. Overseas Development Institute. (ODI). Metodologia para Estudos de Caso de Turismo Pró-Pobre. **PPT Working Paper**, n. 10, 2000.

ASHLEY, C; GOODWIN, H. **Turismo pro-pobre: ¿Qué ha ido bien y qué há ido mal?** El Salvador: Overseas Development Institute, 2007.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL-S/A. Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste–ETENE. **A Atividade Turística no Nordeste**. Fortaleza, Nov. de 2005. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/gerados/relatoriofinalprodeturi.asp>>. Acesso em: 23. Jun. 2009.

BANCO MUNDIAL. **Crescimento e redução de pobreza no Rio Grande do Norte**: memorando econômico sobre o Estado. Brasília: Banco Mundial, 2003. Disponível em: <<http://www.obancomundial.org>>. Acesso em: 10 mar. 2009.

\_\_\_\_\_. **Efeitos Globais do PRODETUR/NE I**: enfoque Turístico. Fortaleza, 2005. Disponível em: <[http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/gerados/relatorio\\_final\\_prodetur\\_i.asp](http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/gerados/relatorio_final_prodetur_i.asp)>. Acesso em 23. Jun. 2009.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do turismo**: roteiros do Brasil: Diretrizes políticas. Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Turismo 2007-2010**. Uma viagem de inclusão. Macro programa 4- Regionalização do Turismo. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Projeto\\_65\\_destinos\\_indutores.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Projeto_65_destinos_indutores.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2011

CARDOSO JUNIOR, Otomar Lopes. **Observatório do Rio Grande do Norte**. 2009. Disponível em: <[http://www.centraldoinvestidor.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/central\\_investidor/arquivos/pdf/fluxo\\_turistico.pdf](http://www.centraldoinvestidor.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/central_investidor/arquivos/pdf/fluxo_turistico.pdf)>. Acesso em: 16 jun. 2011.

CRUZ, Rita de Cássia. **Políticas do turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

DANTAS, Andréa Virginia Sousa. **Uma análise sobre a relação turismo e pobreza no Rio Grande do Norte**. 2005. 162 f. Monografia (Curso de Turismo) - Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

\_\_\_\_\_. **Diagnóstico dos impactos ambientais da atividade turística conduzida na área de ponta de Pirangi/RN**. Natal, 2006.

DELGADO, Anna Karenina Chaves Delgado et al. Políticas de Turismo e Desenvolvimento Regional: algumas considerações sobre o Programa de Regionalização do Turismo no Rio Grande do Norte. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 6., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi, 2009.

FENNELL, D. A. **Tourism ethics**. Clevedon: Channell view, 2006.

FONSECA, Maria Aparecida Pontes da. **Espaço, políticas de turismo e competitividade**. Natal: EDUFRN, 2005.

MARANHÃO, Christiano. H. S. **Análise das políticas de turismo no Rio Grande do Norte à luz da abordagem de turismo pró-pobre**. 2009. 232f. Monografia (Curso de Turismo) – Departamento de Ciências Administrativas, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. **Turismo Internacional: uma perspectiva global**. 2. ed. Bookman, 2003.

OURIQUES, Helton Ricardo. **A produção do turismo: fetichismo e dependência**. Campinas, SP: Alínea, 2005.

PROGRAMA DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE. **Relatório de avaliação dos impactos ambientais e sociais**. 1 jan. 2002. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br>>. Acesso em: 5 nov. 2006.

REUNIÃO DE TRABALHO DO CONSELHO DE TURISMO DO PÓLO COSTA DAS DUNAS, 34., 2006, Natal. **Ata...** Natal: Hotel Praia Mar, 2006. Disponível em:

<[http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/PRODETUR/Conselhos\\_RN/gerados/rnata34costa dasdunas.pdf](http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/PRODETUR/Conselhos_RN/gerados/rnata34costa dasdunas.pdf)>. Acesso em: 15 maio 2009.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto Lei Nº 18.186, 2005- Polo costa das dunas**. Institui o Polo Costa das Dunas e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/polos/docs/decreto\\_18186\\_rn.pdf](http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/polos/docs/decreto_18186_rn.pdf)>. Acesso em: 2 fev. 2009.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Turismo. **Indicadores básicos de turismo**: Rio Grande do Norte, 1991/1996. Natal: SETUR, maio 1999.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Indicadores básicos de turismo do Rio Grande do Norte**: 1995-98. Natal: SETUR, fev. 2000.

\_\_\_\_\_. **PRODETUR**. Disponível em: <<http://www.setur.rn.gov.br/index1.html>>. Acesso em: 15 maio 2009.

\_\_\_\_\_. **Indicadores básicos do turismo no Rio Grande do Norte**: 2001/2005. Natal, 2006.

SILVA, Cleber Gomes da. **A política de turismo no Brasil**: da municipalização a regionalização. [S.l : s.n.], 2007.

SOUZA, Itamar de. **O turismo no RN antes da Via Costeira**. Fascículo 11: Diário do Rio Grande do Norte. Diário de Natal: Natal, 1997.

TENDÊNCIAS E MERCADO. **Panorama econômico do nordeste**. RN encerra 2010 com crescimento do fluxo de turistas. Disponível em: <<http://www.tendenciasmercado.com.br/negocios/economia-nordeste-rn-encerra-2010-com-crescimento-do-fluxo-de-turistas/>>. Acesso em: 16 jun.2011.

\_\_\_\_\_. **SETUR amplia fluxo turístico internacional**. Disponível em: <<http://www.tendenciasmercado.com.br/negocios/rn-setur-amplia-fluxo-turistico-internacional/>>. Acesso em 16 jun.2011.

TURÉGANO, Manuel Ángel Santana. Turismo, empleo y desarrollo. **Revista de Sociología**, Bellaterra, n. 75, 2005.

VEAL, Anthony J. **Metodologia de pesquisa em lazer e turismo**. Tradução: Gleice Guerra, Mariana Aldrigui. São Paulo: Aleph, 2011. (Série turismo).